

## APRESENTAÇÃO

Pela oitava e última vez cumpro a obrigação de apresentar o relatório dos trabalhos de uma sessão legislativa, a 2ª Sessão Legislativa da 54ª Legislatura, iniciada em 2 de fevereiro de 2012. Este foi, mais uma vez, um tempo de trabalho e realizações.

O Congresso Nacional acompanha as necessidades da sociedade brasileira. Assim, aqui no Senado Federal, começamos um trabalho relevante de reforma dos códigos legislativos mais importantes de nossa sociedade. Agilizamos o trabalho que era feito em passos tão lentos que no dia seguinte já começava a necessidade de sua atualização.

Cito o exemplo, a evitar, da reforma do Código Civil. Iniciada em 1969 numa Comissão presidida pelo Professor Miguel Reale, tramitou no Congresso Nacional durante 26 anos, até o Novo Código Civil ser sancionado em 10 de janeiro de 2002. Nós buscamos uma solução mais ágil, que ao mesmo tempo não restrinja em nada o debate legislativo nem a participação da sociedade. Desta maneira encaminhamos o Código de Processo Penal, o Código de Processo Civil, o Código Eleitoral, o Código de Defesa do Consumidor, o Código Penal e a Lei de Execução Penal. Avançamos assim na longa colaboração com o Poder Judiciário para agilizar e modernizar a prestação jurisdicional no País.

Em 2012 realizamos 126 sessões deliberativas, de um total de 239 sessões, e deliberamos sobre 2449 matérias, assim distribuídas: 11 propostas de emenda à Constituição; 36 medidas provisórias (não incluídas as com perda de eficácia por término de prazo para votação); 165 projetos de lei do Senado; 8 substitutivos e emendas da Câmara dos Deputados a projetos do Senado; 149 projetos de lei da Câmara; 731 projetos de decreto legislativo; 71 projetos de resolução; 100 mensagens; 1175 ofícios e requerimentos; 3 propostas de fiscalização e controle.

Entre estes, destacamos: vários projetos sobre acessibilidade; vários projetos de proteção às mulheres; a interdição de estabelecimentos envolvidos com a falsificação de produtos; o Direito do Consumidor na internet; vários projetos na área de saúde, entre eles a tipificação, como crime, da exigência de cheque-caução; a criação de sistema de informações de monitoramento de desastres; o Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas; o Funpresp; o estabelecimento de proventos integrais para o servidor público aposentado por invalidez permanente; o Fundeb; a Emenda Constitucional do Comércio Eletrônico; o avanço no combate à lavagem de dinheiro; medidas de desindexação da economia; a Política Nacional de Irrigação; o projeto que submete as agências reguladoras a auditoria operacional pelo Tribunal de Contas da União; o projeto que disciplina a realização de eleições primárias para escolha de candidato a Presidente da República; e o projeto que dispõe sobre a extinção das concessões de serviço público de energia elétrica e a prestação temporária do serviço, e sobre a intervenção para adequação desse serviço público.

Promulgamos a Emenda Constitucional nº 69, que transfere da União para o Distrito Federal as atribuições de organizar e manter a Defensoria Pública do Distrito Federal; a Emenda Constitucional nº 70, que estabelece critérios para o cálculo e a correção dos proventos da aposentadoria por invalidez dos servidores públicos; e a Emenda Constitucional nº 71, que cria o Sistema Nacional de Cultura.

Como vemos, foi um ano de trabalho relevante, que se exprime nessas leis, parte mais visível do imenso esforço feito pelos membros desta Casa para corresponder à missão que recebem dos cidadãos dos Estados que representam. Há um trabalho diuturno feito nas comissões e no plenário, feito nos gabinetes, que é muitas vezes ignorado e menosprezado como sem importância. Na realidade, é esse trabalho que faz com que nossa Casa seja um modelo de instituição parlamentar respeitado internacionalmente.

Nossa Casa é também pioneira e vanguardista em transparência de suas atividades. Desde que assumi a Presidência da Mesa pela primeira vez, em 1995, foram inúmeras as providências para que o cidadão possa acompanhar e fiscalizar o nosso trabalho. Acabamos de mostrar, na exposição *Modernidade no Senado Federal — Presidências de José Sarney* e na publicação de mesmo nome, uma síntese do que fizemos. Podemos relacionar, por área:

Na Secretaria de Comunicação Social: Jornal do Senado, TV Senado, Rádio Senado, Agência Senado, revista *Em Discussão*, Alô Senado, Data Senado, Programa de Visitação, Serviço de Publicidade, Portal de Notícias.

Na área legislativa: Pauta diária do Senado, Diários do Senado e do Congresso na internet, a transparência orçamentária a serviço do cidadão — com o Siga-Brasil e outros meios de acesso —, implantação de instrumentos modernos de comparação de alterações nos projetos, a explicação da Ementa, a classificação das proposições por assunto, as notas taquigráficas em tempo real, o uso da assinatura digital, a Ouvidoria, informações acessíveis e rápidas na página de Consolidações Temáticas, o Núcleo de Estudos e Pesquisas da Consultoria, as pautas eletrônicas, o e-Cidadania — mais interatividade com o cidadão —, as páginas de Dados Abertos e Questões de Ordem, o Conselho de Comunicação Social, a extração automática de dados para o Relatório Anual da Presidência e a Resenha Mensal dos Trabalhos Legislativos, o serviço de informações legislativas e jurídicas — o Lex-ML —, o Senado Jovem — para despertar vocações —, a digitalização e colocação na *internet* de todo o acervo disponível de relatórios anuais, desde 1830.

Na área administrativa: o Conselho Editorial, o Arquivo — que passou por contínuas renovações —, o Instituto Legislativo Brasileiro, a Biblioteca Luiz Viana Filho — que tornou disponível seu importante acervo de Obras Raras e uma Biblioteca Digital —, o Programa de Apoio ao Deficiente, o Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça, o Senado Verde, o Senado Solidário — que tem uma importante contribuição em doação de sangue e distribuição de agasalhos —, o Portal da Transparência — que divulga todos os atos administrativos e orçamentários —, os programas Gestão por Competências, Lotação Ideal e de Desenvolvimento Gerencial — na área de recursos humanos —, o Sistema Eletrônico de Compras e Contratações, a integração de Prodases e Gráfica, o Programa de Simplificação e Desburocratização Administrativa, o Plano de Racionalização de Contratos de Prestação de Serviços, a Agenda Estratégica da Administração e o Sistema de Governança Corporativa e Gestão Estratégica, o Serviço de Informação ao Cidadão — SIC.

Este Relatório Anual da 2ª Sessão Legislativa da 54ª Legislatura é um volume alentado que descreve o conjunto de nossas atividades legislativas. Pela primeira vez todos os dados referentes às proposições e às sessões são extraídos dos sistemas de informação legislativa, longa e importante realização da Secretaria Geral da Mesa, que torna mais preciso e ágil o nosso trabalho.

Estamos chegando aos 25 anos da Constituição de 1988, que convoquei e fui o primeiro a jurar. É o mais longo período democrático da República passado sem intervenções militares ou estados de exceção.

Permanece para mim a busca da substituição de nosso sistema eleitoral por um que permita conhecer a verdade eleitoral, o que não pode se concretizar sob o anacrônico voto proporcional uninominal. Já em 1974 apresentei projeto nesta Casa de voto distrital misto. Também acredito que, para alcançarmos a plenitude democrática, seja necessário marchar para o sistema de governo parlamentarista, que prevalece nas mais importantes democracias. São sonhos que continuam abertos ao debate nacional.

Temos ainda em aberto o problema das medidas provisórias, que há muito proponho resolver com a devolução ao Executivo de atribuições administrativas e a limitação severa a condições verdadeiramente excepcionais da possibilidade de o Executivo emitir medidas de relevância e urgência tais que não possam seguir o caminho do trâmite ordinário.

Desde 1955, por 58 anos, exerço mandatos eletivos. Corria então a 40ª Legislatura; hoje estamos na 54ª. Sou o Senador que por mais tempo serviu à Casa na República, e em termos de mandatos eletivos sou o mais longevo de nossa História. No entanto, sempre fiz questão de não ficar parado no tempo ou olhando para o passado — ao contrário, pautei minha gestão por estar voltado para o futuro e a transparência.

Quando assumi meu primeiro mandato no Senado, em 1971, juntei-me ao grupo que fundara o Instituto de Pesquisas da Realidade Brasileira, e, tendo recebido o encargo de Presidente da Comissão Executiva, o transformei em Instituto de Pesquisas, Estudos e Assessoria do Congresso — IPEAC, que teve importante papel em trazer para o Parlamento a contribuição de estudos formulados por técnicos e grandes pensadores brasileiros sobre os principais temas de nosso País e foi sucedido pela formação do quadro de consultores.

Por essa época, no mesmo sentido de aprimoramento institucional, participei, com Nei Braga e Carvalho Pinto, de comissão sobre a implantação de centro de processamento de dados no Senado Federal. Do trabalho dessa comissão nasceu a Secretaria de Informação, criada por Petrônio Portella em seu primeiro mandato como Presidente da Casa.

Cito esses elementos para destacar como é uma constante de meu pensamento a ideia de que o Parlamento deve abrir caminho entre as instituições, numa demonstração de pioneirismo.

Muitos anos depois, já tendo passado pela Presidência da República e cumprido a difícil tarefa de assegurar a transição para a democracia — que não foi um jogo de palavras, mas um exercício cotidiano de paciência, perseverança, conciliação e, sobretudo, a incorporação dos seus principais valores como praxis pessoal, do governo e da sociedade —, fui eleito por meus pares Presidente do Senado Federal. Por um conjunto de circunstâncias, nos encontrávamos então numa situação de dificuldades gerenciais que impactavam a própria atividade legislativa.

Ao corrigir os problemas dos meios clássicos de divulgação de nossas atividades, tarefa essencial para a publicidade, que é um postulado que vem da Constituição de 1824 (art. 70), sentimos a necessidade de modernizar o nosso contato com a sociedade. Criamos então a TV Senado, pioneira na transmissão da atividade parlamentar. Com ela o próprio comportamento dos Senadores se modificou, com aumento significativo de sua presença em plenário e, mais tarde, com a extensão de nossos serviços de TV nas comissões temáticas. Mas o mais importante é que o cidadão pode acompanhar, continuamente, o essencial do debate parlamentar, com a exposição dos assuntos de interesse dos Estados e da Federação pelos Senadores, com a discussão e votação de resoluções, projetos de lei, medidas provisórias, emendas constitucionais.

Todas as minhas ações como Presidente da Mesa do Senado Federal estiveram sempre voltadas para que, buscando a excelência de seu funcionamento, a instituição estivesse pronta a exercer a plenitude de suas funções e, mais ainda, ser uma precursora no acesso do cidadão ao que se faz, como se faz, por que se faz — a uma democracia mais transparente e aberta.

Acredito que, com o avanço da informática, nos encontraremos dentro de alguns anos em condições de retornar às raízes da democracia, podendo alcançar aquele ideal da democracia direta de que nos afastamos pelas dimensões dos Estados modernos. Assim, enquanto o Parlamento poderá cumprir as funções da *Boulé*, o Conselho que dirigia Atenas, os cidadãos poderão constituir-se em *Eclésia*, isto é, na sua reunião política para legislar e deliberar sobre os destinos das cidades. Isto será possível pelo desenvolvimento da *e-democracia*, em que estamos hoje dando os primeiros passos com o Portal *e-Cidadania*, onde o cidadão pode propor projetos, fiscalizar os gastos do governo e a atuação dos Senadores, opinar e propor debates e audiências públicas.

Como sempre, repito as palavras do Padre Vieira: “Sinto saudades do futuro.”

Quero agradecer a meus companheiros de Mesa, à Senadora Marta Suplicy e ao Senador Anibal Diniz, que exerceram a 1ª Vice Presidência, às Senadoras Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin, e aos Senadores Waldemir Moka, Cícero Lucena, João Ribeiro, João Vicente Claudino, Ciro Nogueira, Casildo Maldaner, João Durval, Gilvam Borges e Wilson Santiago. Citando a Diretora-Geral, Doris Marize Romariz Peixoto, a Secretária-Geral da Mesa, Claudia Lyra Nascimento, e o Secretário de Comunicação Social, Fernando César Mesquita, estendo minha gratidão também a todo o corpo funcional do Senado Federal, que com seu esforço e sua alta qualificação tornou possível o nosso trabalho.

Senador JOSÉ SARNEY  
Presidente